

**Correio Braziliense – 10/04/2008**

**Coluna Brasil S/A**

**Antonio Machado**

### **Boa idéia perdida**

Proposta original previa incorporação de subsidiárias, reavaliação de ativos e gestão profissional

A ratificação dos poderes da Eletrobrás, a holding das empresas estatais de geração de energia elétrica, objeto da lei resultante da aprovação de medida provisória que nem sequer tratava do tema, deturpa uma boa idéia levada ao presidente Lula no fim de 2006.

Na prática, a lei sancionada inova na autorização para que possa investir em obras de energia no exterior, sobretudo na América do Sul, como parte do projeto de integração regional, que é uma das pontas de lança da diplomacia do governo Lula. A outra inovação de algum modo não precisava de lei, já que não haveria impedimento: a Eletrobrás entrar como sócia majoritária dos consórcios montados para disputar as novas concessões de geração de energia.

O que se cogitava originalmente, no entanto, era muito mais amplo e cuidava de lançar as bases para que a empresa evoluísse para o que Lula, com visão, chamara de “Petrobras do setor elétrico”. Não era uma maquiagem, que mantém todos os defeitos de uma estrutura estatal sucateada e loteada entre partidos há vários governos, mas uma pequena revolução.

O primeiro passo seria incorporar as subsidiárias da Eletrobrás, como Furnas, Eletronorte e Chesf, hoje feudos de grupos políticos e vítimas de problemas gerenciais, aos seus ativos diretos, deixando de ser uma holding não-operacional.

O segundo momento seria a reavaliação dos ativos, acompanhada da implantação de um método de gestão, a tal governança corporativa, que emulasse os deveres e obrigações de uma empresa privada, mas sem prejuízo das características de uma estatal com vocação para liderar a política de segurança energética do país.

Essa é uma missão incompatível com a tomada dos seus centros de decisão por oligarquias políticas, que neles estão agarrados por motivos que jamais uma empresa aberta, com auditoria independente, metas de desempenho e transparência total poderia aceitar.

O objetivo seria potencializar a geração de valor desse estoque de riqueza subutilizado do Estado. O remate estaria na reabertura do capital da Eletrobrás, não implicando privatização, em centros como Londres, Nova York e Hong Kong - aproveitando-se da enorme liquidez que rola à deriva no mundo, e que cresceu com a crise bancária nos EUA, na busca incessante por ativos de qualidade.

### **Opção para reservas**

A Eletrobrás renovada, revigorada, além de sustentada em receitas estáveis e seguras, resultantes de energia limpa e praticamente inesgotável, teria, por exemplo, muitos atrativos para os fundos soberanos e poderia ser até um ancoradouro alternativo para as reservas de divisas de países como China e Abu Dhabi, entupidos de papéis de baixo rendimento do Tesouro dos EUA.

Pelo tamanho que essa nova Eletrobrás adquiriria, não seria improvável que pudesse obter prêmios elevados em suas emissões e conseguisse financiar o grosso das necessidades de capital dos novos projetos de energia.

### **O que era e não foi**

Tal proposta foi levada ao governo na transição do primeiro para o segundo mandato no contexto de uma lista de ações para reforçar o investimento público em obras de infra-estrutura, o que incluía até a reforma da previdência. Não por causa de seu déficit, mas para liberar recursos fiscais para projetos prioritários, vários deles antigos e sucessivamente adiados, cujo ordenamento gerou o PAC, Programa de Aceleração do Crescimento.

A “nova Eletrobrás” não era um projeto acabado, mas uma idéia a ser elaborada paralelamente a medidas para controle dos gastos de custeio e correntes do governo. Lula gostou, tanto que logo saiu a comparar a Eletrobrás à Petrobras, e pediu mais estudos.

O que era para ter uma discussão mais aberta acabou inserido quase que como contrabando no pé de uma medida provisória que tratava de papéis do Tesouro. E as medidas fiscais ficaram para as calendas.

### **Devaneios de Lobão**

As afirmativas do ministro das Minas e Energia, Edson Lobão, por tudo isso, soam pueris. Segundo o Instituto Acende Brasil, a área energética requer investimentos anuais de R\$ 20 bilhões, dos quais o quinhão da Eletrobrás não tem passado de 15%.

E Lobão vem falar em investimentos no exterior e no protagonismo da Eletrobrás nos leilões de energia nova para baixar os custos. Para isso, ela precisará de músculos que não tem e dificilmente terá se mantida a sua feição de usina de interesses opacos de políticos e partidos.

Sem que as subsidiárias da Eletrobrás percam autonomia, o que só faz sentido em termos gerenciais e financeiros se deixarem de ser pessoas jurídicas independentes, cada uma com diretoria própria, a “super-Eletrobrás” continuará um corpo desfibrado sem nem ao menos uma burocracia de ponta, como se observa na Petrobras, no Banco do Brasil e no BNDES.

É esse corpo estável e bem formado que suporta desaforos de políticos sem nenhuma afinidade com as diretorias que ocupam em estatais, e solidários apenas com quem os indicam. Como, no entanto, reformar a Eletrobrás e capinar suas subsidiárias, se todas acabam de ser reocupadas pelos oligarcas da base aliada?

O que cabe argumentar é se a estrutura de controle concebida pela ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, desde que ela passou pelas Minas e Energia, continua funcional com a chegada do PMDB à área, incluindo a mudança da Eletrobrás, que antecede esse evento.